

Demonstrações Financeiras (Individuais e Consolidadas)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Financeiras

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. – (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2017, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº. 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Títulos de remuneração variável

Em decorrência da conclusão da aquisição da Companhia em fevereiro de 2014, conforme descrito na Nota 1, a Companhia assumiu as obrigações relativas aos títulos de remuneração variável MMXM11, emitidos em 2011 em conexão com a aquisição da Porto Sudeste pela MMX. Para viabilizar a transferência dessa obrigação, a Companhia emitiu títulos de remuneração variável (títulos espelhos dos MMXM11) em termos similares ao MMXM11, por meio de dois veículos:

- FIP-IE Porto Sudeste Royalties: Um fundo de investimento em participações em infraestrutura para deter exclusivamente Títulos Port11, sendo que para cada Título Port11 detido pelo FIP-IE corresponderia uma Quota. As Quotas do FIP-IE foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadrassem como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tivessem restrições para deter quotas de FIP-IE.

- Porto Sudeste V.M. S.A.: Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'B', que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na BM&FBOVESPA (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). Os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE.

A operação de permuta dos títulos não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a obrigação já havia sido reconhecida com base nas cláusulas contratuais com os detentores finais dos títulos originais (MMXM11).

Através da conclusão da permuta dos títulos, a Companhia possui obrigação de pagamento aos veículos acima, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Os detentores dos títulos mencionados têm direito à remuneração variável trimestral, apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelage métrica de minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

onde:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelage Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelage Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelage para Minério de Ferro (como definido abaixo)

VpTDC = Valor por Tonelage para Demais Cargas (como definido abaixo)

FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os royalties relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$ 5,00 por tonelada de minério de ferro ("valor por tonelada para minério de ferro"). Este valor será (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os royalties relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas tais como atividades de abastecimento) conduzidas no Terminal Portuário serão calculados com base na margem da carga (como definido abaixo) ("valor por tonelada para demais cargas"). "Margem da carga" (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$ 5,00 por tonelada embarcada.

O valor limite ajustado de US\$ 5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Anualmente, no quarto trimestre de cada exercício social, o montante de toneladas métricas efetivamente embarcadas no Porto durante o respectivo ano (“tonelagem medida”) será comparada com: (a) relação aos anos entre 2013 e 2016, os volumes de take-or-pay indicados na tabela abaixo; e (b) em relação aos anos seguintes, a quantidade de toneladas métricas a ser embarcada por meio do Porto no ano respectivo de acordo com todos os contratos de take-or-pay celebrados entre a Porto Sudeste ou suas subsidiárias vigentes no respectivo exercício social (“tonelagem take-or-pay”):

	2013	2014	2015	2016
Tm	13,6	31,9	36,8	36,8

Se o valor da tonelagem take-or-pay menos o valor da tonelagem medida for um número positivo, então os valores dos royalties devidos em relação ao quarto trimestre de cada exercício social serão acrescidos do montante correspondente à multiplicação de tal número pelo valor por tonelada para minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso.

Na tabela a seguir é possível verificar a tonelagem realizada para efeito do cálculo acima descrito, considerando o ano de 2016 como sendo o início das operações comerciais da empresa após o comissionamento realizado em 2015:

	2013	2014	2015	2016	2017
Tm	-	-	-	7,1	9,5

Todo volume operado até o fim desse exercício é referente a minério de ferro, inexistindo demais cargas embarcadas.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes royalties, o caixa livre detido pela emissora e pela Porto Sudeste em conjunto for superior a (a) US\$ 25.000, nos exercícios sociais entre 2013 e 2017, ou (b) US\$10.000 nos exercícios sociais seguintes, em ambos os casos convertido em reais de acordo com a taxa de câmbio (“reserva mínima de caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a reserva mínima de caixa (“caixa livre disponível”) para pagar os royalties efetivamente acumulados aos detentores dos títulos até o último dia de tal trimestre civil. Fica certo e ajustado que não há nenhuma obrigação da emissora de pagar tais valores adicionais aqui previstos, exceto se houver caixa livre disponível detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível, “caixa livre” significa o valor correspondente a (i) a soma de (a) todos os valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste em conjunto e (b) saldos positivos de todas as contas bancárias da emissora e da Porto Sudeste em conjunto (em qualquer instituição financeira) menos (ii) a soma da (a) quaisquer valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ –

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento pela Porto Sudeste em conjunto.

Os royalties serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o caixa disponível para royalties apurado pela emissora não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos royalties até então determinados, tais royalties não pagos deverão ser adicionados ao montante dos royalties do próximo trimestre. Os royalties apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado caixa disponível para royalties suficiente para tanto.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia procedeu com os cálculos financeiros com o objetivo de identificar a existência de caixa líquido disponível e concluiu que o caixa líquido disponível é credor nesta data não tendo desta forma a obrigatoriedade de liquidação dos títulos de royalties.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties	1° Tri 2017	2° Tri 2017	3° Tri 2017	4° Tri 2017
Receitas	68.301	64.659	56.456	52.156
Dividendos				
Tributos Aplicáveis	(9.733)	(9.214)	(8.045)	(7.432)
Custo Caixa das Operações	(15.452)	(25.593)	(21.400)	(16.654)
Capex para Manutenção	(3.623)	(6.839)	(4.544)	(4.326)
Despesas Operacionais	(15.463)	(14.196)	(20.058)	(19.756)
Juros e Amortização da Dívida Senior	(25.145)	(68.289)	(14.746)	(12.889)
Conta Reserva do Serviço da Dívida Senior				
Juros e Amortização da Dívida Senior do Capital de Giro	(371)	(42.169)	(254)	(1.651)
Novas Provisões de Caixa Existentes	-	-	-	-
Total Caixa Disponível para Pagamento de Royalties	(1.486)	(101.641)	(12.592)	(10.553)

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties Acumulados	1° Tri 2017	2° Tri 2017	3° Tri 2017	4° Tri 2017
Valores Disponíveis em Caixa ou Contas Bancárias	43.931	49.758	21.107	30.409
Valores Contribuídos pelos Acionistas	(43.931)	(49.758)	(21.107)	(30.409)
Conta Reserva do Serviço da Dívida Senior	-	-	-	-
Valores de Caixa Provisionados	-	-	-	-
Total Caixa Disponível para Pagamento de Royalties Acumulados	-	-	-	-

Reconciliação entre quantidade embarcada e valores pagos a título de Royalties	Embarcado 2017	Take-or-pay/Embarcado Acumulado
Volume (M/TONs)	9.528	128.628
Preço por Tonelada	5,00	5,00
PPI acumulado	0,47	0,47
Valor por TON em USD	5,47	5,47
Royalty (Porto Sudeste) USD	52.118	703.595
PSVM11 emitidos por Porto Sudeste V.M. S.A. em proporção a totalidade dos títulos Port11	0,43%	0,43%
Royalty (Porto VM) Calculado (USD m)	224	3.025
Caixa disponível para pagamento de Royalties	-	-
Royalty pagável	-	-

A mensuração desses títulos é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 12,50% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$ 2.242.111, que convertidos para Reais totalizou R\$ 7.416.903 (US\$ 2.354.198, que convertidos para reais totalizou R\$ 7.672.567 em 31 de dezembro de 2016).

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$8.922 em 31 de dezembro de 2017 (R\$8.791 em 31 de dezembro de 2016), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí, RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Porto Sudeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta seu passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado em R\$265.388 mil, e prejuízos acumulados consolidados de R\$2.061.370 mil no exercício findo naquela data. Esta nota indica também que a Companhia e suas controladas iniciaram suas operações em janeiro de 2016 e ainda poderão depender do suporte financeiro dos seus acionistas e/ou recursos de terceiros até que as operações gerem caixa suficiente para manutenção de suas atividades operacionais. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os planos da Administração não atinjam os resultados esperados.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.345	4.622	30.409	18.496
Títulos e valores mobiliários	4	-	34.060	-	34.060
Contas a receber de clientes	5	13.259	166	13.259	186
Contas a receber com partes relacionadas	14	-	19.173	-	-
Estoques	6	22.611	17.456	65.472	94.299
Impostos a recuperar		4.235	8.907	5.613	9.082
Adiantamentos		1.268	-	1.269	16.308
Outros		8.620	9.363	8.630	9.282
		74.338	93.748	124.652	181.713
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	10.107	13.532	10.107	13.532
Contas a receber com partes relacionadas		2.244	-	-	-
Impostos a recuperar		366	365	366	365
Investimentos	8	33.837	28.969	-	-
Imobilizado	9	4.952.597	4.976.444	4.970.369	4.994.144
Intangível	10	7.554.461	7.475.391	7.554.461	7.475.391
Outros		6.825	1.232	6.891	1.310
Total do ativo não circulante		12.560.437	12.495.933	12.542.194	12.484.742
Total do ativo		12.634.775	12.589.680	12.666.846	12.666.455

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		18.466	27.966	55.338	89.633
Empréstimos e financiamentos	11	314.301	408.538	314.301	408.538
Impostos e contribuições a recolher	13	6.824	8.239	6.944	8.048
Partes relacionadas	14	10.478	13.098	1.107	3.090
Adiantamentos de clientes parte relacionada	14	-	-	5.717	-
Obrigações contratuais	15	-	510.735	-	510.735
Outros		6.630	4.984	6.624	32.925
Total do passivo circulante		356.699	973.560	390.040	1.052.969
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	4.370.737	4.049.044	4.370.737	4.049.044
Títulos de remuneração variável	12	7.407.981	7.663.777	7.407.981	7.663.777
Provisão de contingências		1.774	1.639	1.927	1.870
Total do passivo não circulante		11.780.492	11.714.460	11.780.645	11.714.691
Patrimônio líquido					
Capital social	17	2.424.170	2.254.296	2.424.170	2.254.296
Adiantamento para futuro aumento de capital		325.241	169.874	325.241	169.874
Ajustes acumulados de conversão		(189.467)	(127.354)	(191.880)	(129.714)
Prejuízos acumulados		(2.062.360)	(2.395.156)	(2.061.370)	(2.395.661)
Total do patrimônio líquido		497.584	(98.340)	496.161	(101.205)
Total do passivo e patrimônio líquido		12.634.775	12.589.680	12.666.846	12.666.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita, líquida de venda de bens	18	207.783	143.387	1.004.365	687.211
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(95.006)	(72.521)	(883.432)	(602.474)
Resultado bruto		112.777	70.866	120.933	84.737
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	20	(28.513)	(29.377)	(32.333)	(32.877)
Depreciação e amortização		(192.490)	(161.900)	(192.717)	(162.128)
Resultado de equivalência patrimonial	8	1.702	228	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	15	446.483	(2.933)	446.078	(3.017)
		227.182	(193.982)	221.028	(198.022)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		339.959	(123.116)	341.961	(113.285)
Resultado financeiro	21				
Receitas financeiras		384.955	8.286	385.529	9.176
Despesas financeiras		(392.119)	(488.707)	(393.095)	(495.145)
		(7.164)	(480.421)	(7.566)	(485.969)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		332.795	(603.537)	334.935	(599.254)
Imposto de renda e contribuição social	16	-	(581.721)	(104)	(586.488)
Lucro (prejuízo) do exercício		332.795	(1.185.258)	334.291	(1.185.742)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo) do exercício	332.795	(1.185.258)	334.291	(1.185.742)
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	(189.467)	(127.354)	(191.880)	(129.714)
Total dos resultados abrangentes	143.328	(1.312.612)	142.411	(1.315.456)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Controladora				Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.254.296	-	-	(1.209.898)	1.044.398
Aumento de capital mediante capitalização de Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	169.874	-	-	169.874
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(127.354)	-	(127.354)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.185.258)	(1.185.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.254.296	169.874	(127.354)	(2.395.156)	(98.340)
Integralização de Capital	169.874	-	-	-	169.874
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	155.367	-	-	155.367
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(62.113)	-	(62.113)
Lucro do exercício	-	-	-	332.795	332.795
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.424.170	325.241	(189.467)	(2.062.361)	497.583

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Consolidado				
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.254.296	-	-	(1.209.919)	1.044.377
Aumento de capital mediante capitalização de Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	169.874	-	-	169.874
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(129.714)	-	(129.714)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.185.742)	(1.185.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.254.296	169.874	(129.714)	(2.395.661)	(101.205)
Integralização de Capital	169.874	-	-	-	169.874
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	155.367	-	-	155.367
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(62.166)	-	(62.166)
Lucro do exercício	-	-	-	334.291	334.291
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.424.170	325.241	(191.880)	(2.061.370)	496.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	332.795	(603.537)	334.395	(599.254)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	192.490	194.246	192.717	194.474
Custo de Transação	52.088	-	52.088	-
Outras Amortizações	4.488	-	4.488	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.702)	(228)	-	-
Variação monetária e juros	119.244	145.193	126.418	145.193
Outras provisões	(509.241)	13.740	(509.321)	13.689
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	6.056	(15.837)	(8.943)	3.319
Adiantamentos diversos	(27.953)	(1.245)	(11.645)	(17.555)
Estoques	(4.955)	13.648	(24.719)	(55.387)
Depósitos vinculados	4.191	3.092	4.192	3.092
Depósitos Judiciais	(5.153)	(396)	(5.135)	(431)
Impostos a recuperar	(17.420)	(7.554)	(17.652)	(13.219)
Contas a receber parte relacionada	(2.244)	-	-	-
Adiantamentos de Cliente	36	-	36	32.737
Fornecedores	(11.140)	(22.336)	(13.902)	26.223
Impostos e contribuições a recolher	14.375	7.342	13.656	8.018
Obrigações com terceiros	38	(7.305)	38	(7.305)
Partes relacionadas	(2.639)	(10.513)	(2.000)	(8.797)
Outros ativos	(2.977)	(1)	(2.978)	-
Salários e remunerações	267	(1.276)	268	(1.276)
Juros pagos	(61.308)	(117.106)	(61.308)	(117.106)
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades operacionais	79.336	(410.073)	70.693	(393.585)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de Imobilizado	(30.708)	(91.719)	(30.708)	(91.766)
Títulos e valores mobiliários	34.060	16.914	34.060	16.914
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(730)	(785)	-	-
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades de investimentos	2.622	(75.590)	3.352	(74.852)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	325.241	169.874	325.241	169.874
Custo de transação	(50.591)	(33.368)	(50.591)	(33.368)
Empréstimos liquidados	(50.311)	(89.730)	(50.311)	(89.730)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	224.339	46.776	224.339	46.776
Diferença cambial líquida		-		-
Variação cambial	(286.574)	306.382	(286.472)	301.844
Redução no caixa e equivalentes de caixa	19.723	(132.505)	11.912	(119.817)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	4.622	137.127	18.496	138.313
No fim do exercício	24.345	4.622	30.408	18.496
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	19.723	(132.505)	11.912	(119.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste” ou “Companhia”) foi constituída em 07 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste (“Terminal” ou o “Porto Sudeste”).

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. (“Pedreira”), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. (“TCS”), Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”) e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A Porto Sudeste Exportação e Comércio Ltda. foi transformada em uma sociedade organizada por ações e agora passa a ser denominada Porto Sudeste Exportação e Comércios S.A. A transformação ocorreu no dia 02/10/17.

Reestruturação e mudança do acionista controlador

Em fevereiro de 2014 foi concluída a transação entre a antiga controladora da Companhia, MMX Mineração e Metálicos (“MMX”), e Trafigura Pte. Ltd. (“Trafigura”) e Mubadala Development Company PJSC (“Mubadala”), por meio de investidas no Brasil, por meio da qual a Trafigura e a Mubadala adquiriram o controle compartilhado da Companhia. Na data de conclusão da transação, a Trafigura e a Mubadala, efetuaram aporte de capital na Companhia no valor de US\$400 milhões. Ainda, como parte do acordo, a Porto Sudeste assumiu: (i) a totalidade da dívida bancária da MMX Sudeste Mineração S.A. (subsidiária da MMX), no valor de R\$ 1,3 bilhão; e (ii) as obrigações decorrentes dos títulos de remuneração baseada em royalties, nos termos descritos na Nota 12.

Como consequência desta reestruturação e assunção de dívidas efetuada pela Companhia, a licença de operação portuária anteriormente registrada na MMX também foi transferida para a Porto Sudeste.

Mediante a conclusão destas transações, a Trafigura e Mubadala tornaram-se titulares, em conjunto, de 65% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador, bem como o direito da MMX de nomear um membro para o Conselho de Administração da Companhia enquanto esta detiver ao menos 10% do capital social.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Compra adicional de participação pelos controladores

Em 13 de agosto de 2015, mediante a realização de um aumento de capital que culminou na emissão de 11.241.101.754 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas pelo fundo de investimento PSA Fundo de Investimento em Participações (veículo da Trafigura e Mubadala no Brasil), de forma que a MMX foi diluída e os controladores ficaram com 94,58%.

Em março de 2017, foi integralizado o valor de US\$50.000 equivalentes a R\$ 169.874 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio e julho de 2016, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 1,54% de participação na Companhia e os controladores passaram a deter 98.24%.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 265.388 mil, incluindo os juros da dívida prevista e a amortização do principal sob o conceito de "cash sweep" no montante de R\$ 213.705. Sem considerar o "cash sweep", o qual possui a obrigação do pagamento a partir de 2018 quando possuir caixa disponível, o capital circulante líquido será de R\$ 51,683. Vide nota 11 para maiores informações sobre o refinanciamento das dívidas.

Adicionalmente, a Companhia incorreu em um prejuízo acumulado consolidado de R\$ 2.061.370 e possui um patrimônio líquido consolidado de R\$ 496.161 no exercício findo naquela data. A Companhia encerrou o exercício de 2017 com uma posição consolidada de caixa de R\$ 30.409.

A Companhia iniciou suas operações em caráter de comissionamento técnico em agosto de 2015 e comercialmente em janeiro de 2016. A Companhia ainda dependerá do suporte financeiro de seus acionistas e/ ou recurso de terceiros até que as operações gerem caixa suficiente para manutenção de suas atividades operacionais. De acordo com o modelo de negócios da Companhia há uma necessidade adicional de caixa para financiar o capital de giro das operações durante o exercício de 2018 para atender aos compromissos futuros, incluindo o serviço da dívida (pagamento de empréstimos e juros no curto prazo).

Licenças

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50mt/a, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. Esta concessão é de 25 anos, prorrogável por mais 25 anos. No ano de 2014, após concluir a

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da ANTAQ o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar a primeira fase do Terminal. Além da liberação da agência reguladora, a primeira fase do terminal encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso offshore, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50mt/a), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015, e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto a ANTAQ o TLO Nº11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da ANTAQ e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas. Este é um marco importante no comissionamento técnico e processo de conclusão que permite a Companhia a atingir sua capacidade total de 50MT/ ano.

A Companhia obteve a aprovação referente a extensão do Alfandegamento do pátio 32 em 22 de abril de 2016. Este é um marco importante no comissionamento técnico e processo de conclusão que permite a Companhia a atingir a operação da capacidade total de 50MT/ ano.

Processo de arbitragem Mineração Usiminas S.A. (“MUSA”)

Em 6 de junho de 2017 a Companhia celebrou com a Mineração Usiminas S.A. (“MUSA”), Instrumento de Transação através do qual acordaram as condições para pôr fim ao litígio objeto da arbitragem instaurada perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, na qual se discute a extensão das obrigações assumidas pelas Partes no Contrato de Prestação de Serviços Portuários e Outras Avenças celebrado em 11 de fevereiro de 2011 (“Contrato”), objeto do Fato Relevante publicado pela Companhia em 19 de junho de 2015.

O Instrumento de Transação prevê, entre outras disposições, que: (i) a homologação do acordo pelo Tribunal Arbitral e o cumprimento das obrigações ali assumidas resultará no distrato do Contrato e na renúncia das Partes aos direitos que pudessem conservar em relação ao Contrato; (ii) a Porto Sudeste fará um pagamento à MUSA, após a homologação do acordo pelo Tribunal Arbitral, no valor equivalente em Reais a US\$ 62.500.000,00 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).

Além disso, as Partes também celebraram, nesta data, novo Contrato de Prestação de

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Serviços de Operações Portuárias (“Novo Contrato”), que regulará a prestação de serviços portuários pela Porto Sudeste à MUSA, após o cumprimento das obrigações assumidas no Instrumento de Transação. O Novo Contrato prevê que a MUSA terá o direito, mas não a obrigação, de movimentar pelos próximos anos um volume total de até 17,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Terminal Portuário da Porto Sudeste, localizado no município de Itaguaí – RJ.

Em 23 de junho de 2017 o Tribunal Arbitral emitiu ordem (i) determinando que a Porto Sudeste cumprisse com o pagamento acordado no instrumento de transação celebrado com a MUSA ; e (ii) esclarecendo que após a notícia de tal pagamento iria proferir sentença homologando o acordo entre as parte. Porto Sudeste e MUSA, por meio de petição conjunta, notificaram o pagamento ao Tribunal em 12 de julho de 2017.

Em 12 de setembro de 2017, a Camara de Arbitragem encaminhou para as partes a sentença final que homologou o acordo celebrado entre MUSA e Porto Sudeste, extinguindo a arbitragem, com resolução de mérito.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- continuação

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Continuação)

demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de março de 2018, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

Com o início das operações em 01 de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares americanos. Dessa forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

d) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	2016	2015	2016	2015		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Sem atividades atualmente
Porto Sudeste Exportação	100%	100%	100%	100%	Brasil	Compra e venda de minério

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- continuação

d) Consolidação--Continuação

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- i. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- ii. Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.
- iii. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as Companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- iv. Os saldos das transações com as controladas são eliminados e as participações que cabem aos demais quotistas são destacadas no balanço patrimonial e resultado.
- v. Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A Companhia não registrou ativos financeiros como mantidos até o vencimento, mantidos para negociação ou mantidos para venda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

A Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse", e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 2017 e 2016, a Companhia apresenta apenas passivos financeiros classificados como Empréstimos e Financiamentos, que, após reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Sendo assim, esses investimentos são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Investimentos--Continuação

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante no resultado.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade operada para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Custos de empréstimos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até o limite permitido pela norma. O excedente, quando ocorrido, será reconhecido nas demonstrações dos resultados.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.9. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

3.10. Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos, descontos e fretes. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: mensuração dos títulos de remuneração variável, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

3.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre o reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseados nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para o reconhecimento de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2018

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017--Continuação

IFRS 16 - "Arrendamentos Mercantis" contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. 1º de janeiro de 2019

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim passará a existir um único modelo no qual os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 17 não deverá alterar substancialmente, a forma como os arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS17.

A Administração efetuou as análises devidas e entende que essa norma não impactará suas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	15.856	4.009	16.050	4.341
Equivalentes de caixa	8.489	613	14.359	14.155
	24.345	4.622	30.409	18.496
Títulos e valores mobiliários				
Certificados de depósitos bancários	-	34.060	-	34.060
	-	34.060	-	34.060

A Companhia investe em fundos administrados pelo Banco Bradesco S.A., nos quais as aplicações realizadas são lastreadas em títulos privados (Certificados de Depósitos Bancários), emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI CETIP ("CDI"), sem carência e com liquidez imediata.

Os certificados de depósitos bancários (CDBs) são emitidos por instituição financeira de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em 63,75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviço portuário	13.259	166	13.259	166
Venda de brita	-	-	-	20
	13.259	166	13.259	186

O montante em aberto em 31 de dezembro de 2017 foi integralmente recebido durante o mês de janeiro de 2018, sem necessidade de registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Brita	-	-	1.403	1.386
Minério de Ferro	-	-	41.187	75.191
Almoxarifado	22.611	17.456	22.882	17.722
	22.611	17.456	65.472	94.299

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trustee ACC Itaú BBA (*)	10.107	13.532	10.107	13.532
	10.107	13.532	10.107	13.532

(*) Bloqueios temporários de parte das aplicações financeiras (Trustee Account), referentes à compra de terrenos para expansão do Porto Sudeste. O montante será realizado mediante celebração das escrituras definitivas dos terrenos.

8. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando a concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcaças e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Porto Sudeste V.M S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto V.M. foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de royalties como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 12.

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A. (anteriormente denominada Porto Sudeste Exportação e Comércio Ltda.)

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

Movimentação dos investimentos

	Controladora				2017
	2016	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Efeito da conversão para Reais	
Pedreira	9.401	(1.065)	-	211	8.547
TCS	18.264	(339)	330	273	18.528
Porto VM	-	(279)	400	(29)	92
Porto Sudeste Exportação	1.304	3.385	-	1.981	6.670
	<u>28.969</u>	<u>1.702</u>	<u>730</u>	<u>2.436</u>	<u>33.837</u>

	Controladora				2016
	2015	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Efeito da conversão para Reais	
Pedreira	12.326	(745)	-	(2.180)	9.401
TCS	21.885	(403)	450	(3.668)	18.264
Porto VM	13	(245)	232	-	-
Porto Sudeste Exportação	1.043	1.621	-	(1.360)	1.304
	<u>35.267</u>	<u>228</u>	<u>682</u>	<u>(7.208)</u>	<u>28.969</u>

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Participações societárias e resumo das investidas

2017							
Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	
Pedreira	99,98%	49.001	11.603	14.913	11.395	6	(1.169)
TCS	99,98%	3.447	1.480	2.126	1.480	-	(339)
Porto VM	100,00%	-	31.707	32.000	108	-	(279)
Porto Sudeste Exportação	100,00%	-	58.235	57.716	5.754	932.943	3.325

2016							
Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	
Pedreira	99,98%	49.001	12.635	241	12.394	12	1.142
TCS	99,98%	3.447	1.468	-	1.468	-	(353)
Porto VM	100,00%	-	97.880	97.893	(13)	-	(244)
Porto Sudeste Exportação	100,00%	-	114.589	114.188	401	679.719	4.191

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado

	Consolidado							Total
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Edificações e benfeitorias	
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	1.584	4.152	117.922	412.333	5.457.233	-	2.721	5.995.945
Adições	88	1.638	-	1.063	86.702	20.299	-	109.790
Transferências	90.557	765.031	-	(375.040)	(4.708.125)	695	4.226.882	-
Depreciação no exercício	(4.592)	(8.662)	-	-	-	(719)	(118.652)	(132.625)
Efeito da conversão para Reais	(14.415)	(125.762)	(19.500)	(6.369)	(130.298)	(3.150)	(679.472)	(978.966)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	73.222	636.397	98.422	31.987	705.512	17.125	3.431.479	4.994.144
Adições	-	-	-	-	12.856	3.033	15.764	31.653
Transferências	69.623	360.820	-	(38.356)	(839.759)	(976)	448.648	-
Depreciação no exercício	(7.735)	(15.880)	-	-	-	(723)	(129.748)	(154.086)
Efeito da conversão para Reais	(7.147)	(42.528)	1.476	6.369	130.328	2.353	7.807	98.658
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	127.963	938.809	99.898	-	8.937	20.812	3.773.950	4.970.369
Saldos acumulados								
Custo	92.229	770.821	117.922	38.356	835.810	20.994	4.229.603	6.105.735
Depreciação acumulada	(4.592)	(8.662)	-	-	-	(719)	(118.652)	(132.625)
Efeito da Conversão para Reais	(14.415)	(125.762)	(19.500)	(6.369)	(130.298)	(3.150)	(679.472)	(978.966)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	73.222	636.397	98.422	31.987	705.512	17.125	3.431.479	4.994.144
Custo	161.852	1.131.641	117.922	-	8.907	23.051	4.694.015	6.137.388
Depreciação acumulada	(12.327)	(24.542)	-	-	-	(1.442)	(248.400)	(286.711)
Efeito da conversão para Reais	(21.562)	(168.290)	(18.024)	-	30	(797)	(671.665)	(880.308)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	127.963	938.809	99.898	-	8.937	20.812	3.773.950	4.970.369

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente à construção do Porto.

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Serviços	-	15.380
Equipamentos	-	14.483
Outros	-	8.493
Efeito da conversão para Reais	-	(6.369)
	-	31.987

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Durante o exercício de 2017, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que algum ativo poderia estar acima do valor recuperável e após testes realizados não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela *unidade geradora de caixa* ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 12,50%.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Intangível

	Licença portuária
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.986.802
Amortização	(30.368)
Efeito da conversão para Reais	(1.481.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.475.391
Amortização	(39.064)
Efeito da conversão para Reais	118.134
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.554.461

A licença é amortizada ao longo do período de concessão do porto pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

O custo da licença foi calculado com base no custo de aquisição, sendo o principal componente do valor de aquisição os Títulos de remuneração variável (*Royalties*), conforme descrito na Nota 12.

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

Durante o exercício de 2017, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que a licença pudesse estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 9, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 12,50%.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Controladora e Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	2017	2016	2017	2016
Contratados em dólares norte-americanos				
Indexados pela Libor	103.990	82.682	2.395.780	2.322.907
Encargos	11.228	79.156	69.400	6.199
	115.218	161.838	2.465.180	2.329.106
Contratados em Reais				
Indexados por TJLP	182.343	215.438	2.013.856	1.804.586
Encargos	16.740	31.262	32.442	18.858
	199.083	246.700	2.046.298	1.823.444
	314.301	408.538	4.511.478	4.152.550

Empréstimos por credor

Banco	Indexador / Juros	Moeda	Vencimento	Saldo em	
				2017	/2016
				18.894	27.963
BNDES - FINAME Nº 09.2.1353.1	4,5% a.a.	BRL	2020	924.489	850.879
BNDES FINEM - Nº 10.2.0265.1	2,18% a.a. + TJLP	BRL	2029	497.102	
BNDES FINEM - Nº12.2.1174.1 - Subcrédito A, B.	2,40% a.a. + TJLP	BRL	2029	163.612	456.744
BNDES FINEM - Nº12.2.1174.1 - Subcrédito C.	2,40% a.a. + 4,15% + Cesta de Moedas	BRL	2029	483.141	151.427
BNDES FINEM - Nº 4.003.109-P - Repasse AB	3,40% a.a. + TJLP	BRL	2029	158.142	438.689
BNDES FINEM - Nº 4.003.109-P - Repasse C	3,40% a.a. + 4,15% + Cesta de Moedas	BRL	2029	633.882	144.441
Deutsche Bank	4% a.a. + libor 6 meses	USD	2023	57.249	605.951
Banco do Brasil	3,4% a.a. + libor	USD	2018	21.622	98.639
Panamericano	4,85% a.a.	BRL	2019	1.867.645	31.953
Bradesco/Itaú	2,00% a 7,5%a.a.	USD	2029		1.754.402
				4.825.779	4.561.088
				(146.282)	(103.506)
Custos de transação				4.679.497	4.457.582

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	2017	2016
Ano de vencimento		
2018	341.493	318.000
2019	335.726	301.242
2020 em diante	3.834.259	3.533.308
	<u>4.511.478</u>	<u>4.152.550</u>

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado
Dívidas em US\$ - Até 5,0%	2.580.398
Dívidas em R\$ - Até 6%	18.894
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	1.904.732
Dívidas em R\$ - Acima de 9,3%	321.755
	<u>2.245.381</u>
	<u>4.825.779</u>

Efeito da conversão para Reais

O Real se desvalorizou 1,5% no período em relação ao Dolar, passando de R\$ 3,2591 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,3080 em 31 de dezembro de 2017 influenciando o saldo da dívida em moeda estrangeira que em 31 de dezembro de 2017 representava 54% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fiança e foram lançados como redutores do passivo.

Refinanciamento da Dívida Senior

Em junho de 2017, a empresa finalizou o refinanciamento da sua dívida sênior. O refinanciamento inclui, entre outros, (a) até maio de 2020, o diferimento dos pagamentos de principal e juros da dívida refinanciada até o trimestre seguinte caso a Porto Sudeste não tenha caixa disponível para pagar o serviço da dívida; (b) um mecanismo trimestral de cash sweep até maio de 2020 por meio do qual qualquer caixa disponível será utilizado para pagar a dívida devida até a respectiva data (incluindo a parte da Dívida Sênior diferida até tal data); e (c) um ajuste das taxas de juros para os credores sênior brasileiros.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável

Em decorrência da conclusão da aquisição do controle acionário da Companhia em fevereiro de 2014, conforme descrito na Nota 1, a Companhia assumiu as obrigações relativas aos títulos de remuneração variável MMXM11, emitidos em 2011 em conexão com a aquisição da Porto Sudeste pela MMX. Para viabilizar a transferência dessa obrigação, a Companhia emitiu títulos de remuneração variável (títulos espelhos dos MMXM11) em termos similares ao MMXM11, por meio de dois veículos:

- FIP-IE Porto Sudeste Royalties: Um fundo de investimento em participações em infraestrutura para deter exclusivamente Títulos Port11, sendo que para cada Título Port11 detido pelo FIP-IE corresponderia uma Quota. As Quotas do FIP-IE foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadrassem como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tivessem restrições para deter quotas de FIP-IE.
- Porto Sudeste V.M. S.A.: Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'B', que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na BM&FBOVESPA (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). Os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE.

A operação de permuta dos títulos não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a obrigação já havia sido reconhecida com base nas cláusulas contratuais com os detentores finais dos títulos originais (MMXM11).

Através da conclusão da permuta dos títulos, a Companhia possui obrigação de pagamento aos veículos acima, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Os detentores dos títulos mencionados têm direito à remuneração variável trimestral, apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

onde:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro (como definido abaixo)

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas (como definido abaixo)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

FP = Fator proporcional

Os royalties relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$ 5,00 por tonelada de minério de ferro ("valor por tonelada para minério de ferro"). Este valor será (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Os royalties relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas tais como atividades de abastecimento) conduzidas no Terminal Portuário serão calculados com base na margem da carga ("valor por tonelada para demais cargas"), sendo que "Margem da carga": (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$ 5,00 por tonelada embarcada.

O valor limite ajustado de US\$ 5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Anualmente, no quarto trimestre de cada exercício social, o montante de toneladas métricas efetivamente embarcadas no Porto durante o respectivo ano ("tonelagem medida") será comparada com: (a) relação aos anos entre 2013 e 2016, os volumes de take-or-pay indicados na tabela abaixo; e (b) em relação aos anos seguintes, a quantidade de toneladas métricas a ser embarcada por meio do Porto no ano respectivo de acordo com todos os contratos de take-or-pay celebrados entre a Porto Sudeste ou suas subsidiárias vigentes no respectivo exercício social ("tonelagem take-or-pay"):

	2013	2014	2015	2016	2017
Tm	13,6	31,9	36,8	36,8	9,5

Se o valor da tonelagem take-or-pay menos o valor da tonelagem medida for um número positivo, então os valores dos royalties devidos em relação ao quarto trimestre de cada exercício social serão acrescidos do montante correspondente à multiplicação de tal número pelo valor por tonelada para minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

Se, em um determinado trimestre, mediante o pagamento dos então correntes royalties, o caixa livre detido pela emissora e pela Porto Sudeste em conjunto for superior a (a) US\$25.000, nos exercícios sociais entre 2013 e 2017, ou (b) US\$10.000 nos exercícios sociais seguintes, em ambos os casos convertido em reais de acordo com a taxa de câmbio ("reserva mínima de caixa"), a emissora deverá usar os valores que excederem a reserva mínima de caixa ("caixa livre disponível") para pagar os royalties efetivamente acumulados aos detentores dos títulos até o último dia de tal trimestre civil.

"Caixa livre" significa o valor correspondente a (i) a soma de (a) todos os valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste em conjunto e (b) saldos positivos de todas as contas bancárias da emissora e da Porto Sudeste em conjunto menos (ii) a soma da (a) quaisquer valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste para imposto de renda e contribuição social e demais obrigações que exijam provisionamento.

Os royalties serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o caixa disponível para royalties apurado pela emissora não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos royalties até então determinados, tais royalties não pagos deverão ser adicionados ao montante dos royalties do próximo trimestre.

Em 24 de novembro de 2016, foi efetuada a transferência de 8.351.200 títulos de royalties através de permuta de títulos Port11 por PSVM11. Esses títulos foram transferidos para o FIP-IE Porto Sudeste Royalties. Após essa transferência a Companhia passou a deter um total de 4.188.602 títulos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou os cálculos financeiros com o objetivo de identificar a existência de caixa líquido disponível e concluiu que o caixa líquido disponível é credor nesta data, não tendo, desta forma, a obrigatoriedade de pagamento dos títulos de royalties.

A mensuração desses títulos é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 12,50% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$ 2.242.111, que convertidos para Reais totalizou R\$ 7.416.903 (US\$ 2.354.198, que convertidos para reais totalizou R\$ 7.672.567 em 31 de dezembro de 2016).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$8.922 em 31 de dezembro de 2017 (R\$8.791 em 31 de dezembro de 2016), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

13. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ISS	3.960	4.200	3.965	4.847
INSS terceiros	125	400	127	400
ICMS	79	298	81	298
IRRF e CSLL	726	-	833	4.783
CIDE sobre importação	161	321	161	321
PIS e COFINS sobre importação	1.746	1.823	1.751	1.838
Outros	27	1.197	26	1.204
	6.824	8.239	6.944	13.691

14. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, o controle compartilhado da Companhia era exercido pela Trafigura e Mubadala por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, que detinham 98,24% de participação acionária.

A Companhia mantém contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a Impala Terminals Group B.V. (uma subsidiária da Trafigura Pte. Ltd.). Os custos das atividades sujeitas ao compartilhamento são medidos com base em folhas de tempo, sendo cobrados por meio de notas de débitos, cujos pagamentos são realizados conforme acordo entre as partes.

Os ativos com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora			
	Ativo			
	2017		2016	
Nota de débito	Contas a receber	Nota de débito	Contas a receber	
Porto Exportação	2.244	-	-	19.173
	2.244	-	-	19.173

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

Saldos com partes relacionadas--Continuação

Os passivos com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora			
	Passivo			
	2017		2016	
	Notas de débito	Contas a pagar	Notas de débito	Contas a pagar
Pedreira		(9.371)	-	(10.008)
Impala Terminals (custo compartilhado)	(1.107)		(3.090)	-
	(1.107)	(9.371)	(3.090)	(10.008)

	Consolidado	
	Passivo – Notas de débito	
	2017	2016
Impala Terminals	(1.107)	(3.090)
	(1.107)	(3.090)

	Consolidado	
	Passivo – Adiantamento de clientes	
	2017	2016
Trafigura PTE	(5.717)	-
	(5.717)	-

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado das transações com partes relacionadas:

	Resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Impala Terminals	272	2.127	272	2.127
Trafigura PTE	-	-	(932.943)	(679.719)
	272	2.127	(932.671)	(677.592)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos Administradores

O montante de R\$ 3.162(R\$ 4.308 em 31 de dezembro de 2016), refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2017.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os membros da Administração.

15. Obrigações contratuais

Conforme Nota 1, em 6 de junho de 2017 a Companhia celebrou com a Mineração Usiminas S.A. ("MUSA"), Instrumento de Transação através do qual acordaram as condições para pôr fim ao litígio objeto da arbitragem instaurada perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, na qual se discute a extensão das obrigações assumidas pelas Partes no Contrato de Prestação de Serviços Portuários e Outras Avenças celebrado em 11 de fevereiro de 2011 ("Contrato"), objeto do Fato Relevante publicado pela Companhia em 19 de junho de 2015.

O Instrumento de Transação prevê, entre outras disposições, que: (i) a homologação do acordo pelo Tribunal Arbitral e o cumprimento das obrigações ali assumidas resultará no distrato do Contrato e na renúncia das Partes aos direitos que pudessem conservar em relação ao Contrato; (ii) a Porto Sudeste fará um pagamento à MUSA, após a homologação do acordo pelo Tribunal Arbitral, no valor equivalente em Reais a US\$ 62.500.000 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia havia reconhecido uma provisão no valor de R\$ 510.735 correspondente aos embarques não efetuados, incluindo juros, com base nas cláusulas penais previstas em contrato. Com base no acordo celebrado, a Companhia ajustou sua obrigação contratual no balanço patrimonial para R\$ 206.763 e reconheceu o respectivo ganho como 'outras receitas (despesas) operacionais' no resultado do exercício.

Em 23 de junho de 2017 o Tribunal Arbitral emitiu ordem (i) determinando que a Porto Sudeste cumprisse com o pagamento acordado no instrumento de transação celebrado com a MUSA ; e (ii) esclarecendo que após a notícia de tal pagamento iria proferir sentença homologando o acordo entre as parte. Porto Sudeste e MUSA, por meio de petição conjunta, notificaram o pagamento ao Tribunal em 12 de julho de 2017.

Em 12 de setembro de 2017, a Camara de Arbitragem encaminhou para as partes a sentença final que homologou o acordo celebrado entre MUSA e Porto Sudeste, extinguindo a arbitragem, com resolução de mérito.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Impostos diferidos ativos (passivos)				
Prejuízos fiscais	246.768	94.961	246.768	94.961
Base negativa de contribuição social	88.836	34.186	88.836	34.186
Provisão - Contrato de <i>Take-or-pay</i>	-	173.650	-	173.650
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	325.819	366.547	325.819	366.547
Amortização da licença	16.669	10.325	16.669	10.325
Ajuste a valor presente dos royalties	(102.821)	(12.555)	(102.821)	(12.555)
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	762.311	839.842	763.487	839.842
Variação cambial sobre os royalties e empréstimos de 2016 (b)	(643.148)	(701.893)	(640.774)	(701.893)
Outros	1.742	1.043	1.742	1.043
Provisão para perda pela não realização (a)	(696.176)	(806.106)	(699.726)	(806.106)
	-	-	-	-

(a) Considerando o fato da Companhia ter alterado sua moeda funcional para o Dólar e, ainda, a significativa desvalorização do Dólar comparada ao Real em 2017, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou significativamente superior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um crédito fiscal diferido consolidado no montante total de R\$ 763.487 (R\$839.842 em 31 de dezembro de 2016) e o montante de R\$762.311 na Controladora (839.842 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, considerando que o Porto ainda encontra-se em período de *ramp-up*, conservadoramente, optou por reconhecer o ativo fiscal diferido no limite do passivo fiscal diferido. Dessa forma, do valor total deste crédito consolidado, R\$ 63.760 (R\$33.736 em 31 de dezembro de 2016) e controladora R\$66.135 (R\$33.736 em 31 de dezembro de 2016) foram reconhecidos até 31 de dezembro de 2017.

(b) Refere-se principalmente à diferença entre a base contábil e fiscal dos títulos de remuneração variável. Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas nominais versus a despesa registrada nos exercícios é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro/ (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	332.794	(603.537)	334.395	(599.254)
Crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(113.150)	205.203	(113.694)	203.746
Ajustes para conciliação da alíquota nominal à efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial <i>Thin capitalization</i> (limite de dedutibilidade de juros de empréstimos tomados no exterior)	579	73	-	-
Diferença entre as bases fiscais e contábeis do imobilizado e intangível	(17.213)	(21.850)	(17.213)	(17.524)
Outras movimentações	(48)	40.958	(495)	37.648
Provisão para perda pela não realização	(32.398)	-	(34.005)	-
(Despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social no exercício	-	(581.721)	-	(586.488)
Corrente	-	-	(104)	4.767
Diferido	-	581.721	-	581.721

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição:

Quotistas	Quantidade de quotas	R\$	%
PSA Fundo de Investimentos e Participações	402.931.047	2.381.537	98,24%
Porto Sudeste Participações S.A. ("Grupo MMX")	6.335.110	37.444	1,54%
Gaboard Participações Ltda.	877.930	5.189	0,22%
Total	410.144.087	2.424.170	100%

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social--Continuação

Em fevereiro de 2014, como parte da reestruturação descrita na Nota 1, mútuo de R\$103.334 e os adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor R\$348.381, foram capitalizados. Na mesma data, a Companhia incorporou sua controladora gerando um aumento no capital social de R\$1.442.530, e imediatamente após a incorporação, cancelou as quotas correspondentes ao seu patrimônio líquido, no valor de R\$1.074.801. Adicionalmente, em agosto de 2014, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital no valor de R\$45.508, dos quais R\$29.580 foram efetuados por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, e R\$15.928 por meio da investida Gaboard Participações Ltda. Após os referidos aumentos de capital, o Grupo MMX foi diluído para 30,75%.

Em agosto de 2015, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, no valor de R\$ 408.029. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 4,76% de participação na Companhia.

Em março de 2017, foi integralizado o valor de US\$50.000 equivalentes a R\$ 169.874 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio e julho de 2016, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 1,54% de participação na Companhia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em maio de 2017, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, no valor de R\$ 95.541.

Em julho de 2017 foi recebido a título de adiantamento para futuro aumento de capital no valor equivalente em Reais de US\$62.500 (equivalente a R\$ 205.106) para quitação do instrumento de transação celebrado entre a Companhia e a Mineração Usiminas S.A. ("MUSA") conforme descrito na nota explicativa 1.

Em novembro de 2017, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, no valor de R\$ 24.593.

Durante o ano de 2017 a Companhia recebeu a título de adiantamento para futuro aumento de capital o total de R\$325.241.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil da variação cambial da Companhia e suas controladas, foram registrados os montantes de R\$189.467 na Controladora e R\$191.880 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017, para atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

18. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta	242.249	167.273	1.038.832	711.099
(-) Deduções sobre vendas				
ICMS	39	(36)	39	(36)
ISS	(12.107)	(8.364)	(12.107)	(8.364)
PIS	(3.995)	(2.762)	(3.995)	(2.762)
COFINS	(18.403)	(12.724)	(18.404)	(12.726)
Receita líquida	207.783	143.387	1.004.365	687.211

19. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos produtos vendidos (*)	-	-	(785.616)	(530.333)
Custos com materiais	(10.220)	(4.578)	(10.213)	(4.578)
Utilidades	(16.926)	(13.678)	(16.927)	(13.685)
Manutenção	(3.687)	(3.372)	(3.807)	(3.518)
Aluguel de equipamentos	(7.807)	(3.980)	(7.787)	(3.980)
Seguro	(8.380)	(6.583)	(8.380)	(6.583)
Serviços externos	(17.142)	(13.768)	(16.604)	(13.768)
Salários	(29.932)	(23.724)	(31.387)	(23.724)
Outros	(912)	(2.838)	(2.711)	(2.305)
	(95.006)	(72.521)	(883.432)	(602.474)

(*) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Despesas administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços com terceiros	(13.197)	(10.861)	(15.835)	(13.310)
Salários	(11.772)	(12.886)	(12.607)	(12.886)
Manutenção e conservação	(1.410)	(2.655)	(1.493)	(2.738)
Materiais	(417)	(394)	(424)	(402)
Alugueis e Arrendamentos	(350)	(331)	(370)	(352)
Impostos e Taxas	-	(614)	-	(687)
Outros	(1.367)	(1.636)	(1.604)	(2.502)
	(28.513)	(29.377)	(32.333)	(32.877)

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Juros	(390.006)	(201.003)	(390.380)	(201.378)
Varição cambial (*)	-	(284.957)	-	(290.795)
IOF	(716)	(1.419)	(942)	(1.546)
Impostos sobre resultados financeiros	(408)	(401)	(408)	(443)
Outros	(989)	(927)	(1.365)	(983)
	(392.119)	(488.707)	(393.095)	(495.145)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	3.092	7.817	4.159	8.707
Varição cambial (*)	112.959	-	112.464	-
Juros	268.895	469	268.895	469
Outros	9	-	11	-
	384.955	8.286	385.529	9.176
Resultado financeiro líquido	(7.164)	(480.421)	(7.566)	(485.969)

(*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se ao endividamento denominado em Reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o Dólar em janeiro de 2016.

22. Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas possuem contratos firmados junto a fornecedores de bens e serviços dos projetos e bases operacionais, no valor aproximado de R\$ 32.000, representados principalmente por contratos para aquisição de equipamentos e obras civis relacionados a projetos de investimento corrente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia realiza o gerenciamento de risco no âmbito consolidado, aproveitando a possível sinergia entre os negócios para dirimir o risco.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo.

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos derivativos e de hedge contratados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

Ativos financeiros	Consolidado			Consolidado		
	Recebíveis	Ativos ao valor justo através do resultado	Total	Recebíveis	Ativos ao valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	-	30.409	30.409	-	52.556	52.556
Contas a receber de clientes	13.259	-	13.259	186	-	186
Contas a receber de partes relacionadas	7.588	-	7.588	-	-	-
	20.847	30.409	51.255	186	52.556	52.742

Os principais passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros, são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

Passivos financeiros	Consolidado	
	2017	2016
Fornecedores	(55.339)	(89.633)
Empréstimos e financiamentos	(4.825.779)	(4.457.582)
Contas a pagar a partes relacionadas	(1.107)	(3.090)
	(4.882.225)	(4.550.305)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) é feita por meio de uma análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pela Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de risco relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

Risco de mercado e financeiros

A Companhia entende que não existe risco relevante considerando as variáveis as quais os empréstimos e financiamentos estão expostos no final do exercício. As variáveis de riscos, num prazo projetado de doze meses, são (i) exposição à flutuação do dólar norte-americano e a exposição à flutuação nas taxas de juros LIBOR e TJLP (Taxa de Juro de Longo Prazo). A Companhia entende que as despesas financeiras oriundas da flutuação da taxa do dólar serão naturalmente protegidas pelas receitas da Companhia que também serão denominadas na mesma moeda. A TJLP não representa risco relevante na avaliação da Companhia.

Os preços globais do minério de ferro se valorizaram mais de 31% no ano de 2017, principalmente pela melhora da demanda chinesa. A Administração entende que a cotação do minério de ferro para o ano de 2018 é um risco que pode impactar os volumes e tarifas projetados no plano de negócios; entretanto, no longo prazo, há a perspectiva de aumento de demanda.

Risco cambial

A Companhia está suscetível a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas a moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos e financiamentos e títulos de remuneração variável. Considerando que os contratos de embarque de minério serão negociados em Dólar, a Companhia possui um *hedge* natural, motivo pelo qual com o início das operações, a Administração alterou a moeda funcional para o Dólar. Com a alteração da moeda funcional, a Companhia fica exposta, contabilmente, no endividamento denominado em Reais. Flutuações na taxa de câmbio podem gerar efeitos adversos nas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Porto Sudeste possui sua dívida indexada a taxas flutuantes. Contudo as linhas são cerca de 39,4% ligadas a TJLP e 53,5% ligadas a Libor, 6,7% ligadas a UMBNDES (Cesta de moedas) e 0,4% ligadas a taxa fixa. Adicionalmente, a Administração monitora o risco associado à incerteza sobre o fluxo de caixa no médio e longo prazos decorrente da indexação a taxas flutuantes e, se necessário for, pode fixar a remuneração da dívida através de operações de *hedge*.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das prestações de serviços portuários e as linhas de crédito em aberto com bancos para operações ou *Trade Finance*, garantidas pelos contratos de fornecimento de minério de ferro em vigor.

O quadro abaixo demonstra a projeção de liquidação do passivo em 31 de dezembro de 2017:

	Fluxos futuros projetados para o vencimento					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	55.339	-	-	-	-	55.339
Partes relacionadas	1.107	-	-	-	-	1.107
Empréstimos e financiamentos	135.276	147.552	620.595	1.481.990	6.169.127	8.554.540
Royalties	-	-	-	1.371.970	66.323.944	67.695.914
Total por faixa de prazo	191.722	147.552	620.595	2.853.960	72.493.071	76.306.900

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos:

Posições representativas do risco de crédito	Consolidado	
	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	30.409	52.556
Contas a receber de clientes	13.259	186
Depósito vinculado	10.107	13.532
	<u>53.774</u>	<u>66.274</u>

24. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas contratam cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas contratadas englobam riscos como responsabilidade civil, seguro automóvel, contra incêndio, riscos operacionais, além de uma apólice de seguro de vida em grupo para os nossos colaboradores.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Cobertura de seguros--Continuação

<u>Risco coberto</u>	<u>Limite Máximo de Cobertura</u>
Risco de engenharia	R\$ 17.725
Responsabilidade Civil	R\$ 30.000
Responsabilidade Civil dos Administradores	R\$20.000
Transporte Nacional	US\$7.000
Apólice de operador portuário - Responsabilidade Civil	US\$ 200.000
Apólice de operador portuário - Danos Físicos	US\$ 200.000

A Companhia considera que as coberturas destas apólices são consistentes às utilizadas em seu segmento e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conselho de Administração

Oscar Pekka Fahlgren - Vice Presidente
Nicolas Konialidis - Conselheiro

Edward Wygand - Conselheiro
Hani Barhoush - Conselheiro
Jesús Fernandez Lopez - Conselheiro
Matthew John Hum - Conselheiro

Diretoria

Eugênio Mamede - Diretor de Operações
Nicolau Gaeta - Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores



Alexandre Carvalho de Andrade
Contador
CRC-RJ 114354/O-4